

CUIDADO E MULHERES NEGRAS: UMA ANÁLISE SOBRE MATERNIDADE E AVOTERNIDADE NEGRA NA CIDADE DE VIÇOSA-MG

CARE AND BLACK WOMEN: AN ANALYSIS OF BLACK MOTHERHOOD AND AVOTERNITY IN THE CITY OF VIÇOSA-MG

Edilene de Cássia Jerônimo¹

Resumo: A maternidade, considerada plenitude, historicamente vincula a mulher à predestinação materna, impondo-lhe dedicação quase exclusiva à criança. Contudo, fatores de raça, classe e trabalho delinham quem vivenciará a maternidade de maneira integral. Esta pesquisa focaliza a vivência da maternidade e avoternidade por mulheres negras, utilizando a escrevivência como metodologia. O estudo evidencia como construções históricas subalternizaram as mulheres negras, restringindo-as a papéis específicos, e destaca a interferência do trabalho nas esferas social, política e econômica. Mulheres negras enfrentam jornadas duplas e triplas, revelando desafios únicos à maternidade. O texto enfatiza a importância das funções sociais de mães e avós no desenvolvimento das crianças, ressaltando como a avoternidade pode representar um período de maior disponibilidade de tempo e afeto. Compreender as maternidades e avoternidades negras torna-se essencial para políticas mais inclusivas, destacando a necessidade contínua de pesquisas acadêmicas que valorizem e representem as experiências de mulheres negras, contribuindo para uma compreensão mais completa e empática desses papéis na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Escrevivência. Mercado de Trabalho. Memória

Abstract: Maternity, often regarded as fulfillment, historically binds women to maternal predestination, imposing almost exclusive dedication to the child. However, factors of race, class, and employment delineate who will truly experience motherhood in its entirety. This research focuses on the experience of motherhood and grandmotherhood by Black women, using life-writing as a methodology. The study highlights how historical constructs marginalized Black women, restricting them to specific roles, and underscores the interference of work in social, political, and economic spheres. Black women face double and triple burdens, revealing unique challenges in motherhood. The text emphasizes the crucial social roles of mothers and grandmothers in child development, highlighting how grandmotherhood can represent a period of greater availability of time and affection. Understanding Black motherhood and grandmotherhood becomes essential for more inclusive policies, emphasizing the ongoing need for academic research that values and represents the experiences of Black women, contributing to a more comprehensive and empathetic understanding of these roles in Brazilian society.

Keywords: Escrevivência. Job market. Memory

1 Mestranda em educação pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Especialista em Educação das Relações Étnico Raciais: História e Cultura Afrobrasileira e Indígena pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Licenciada e bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Viçosa, Minas Gerais, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3353811254665774>. ORCID:<https://orcid.org/my-orcid?orcid=0000-0002-8785-1953>. E-mail: edilenejeronimo57@gmail.com.

Introdução

Este artigo é resultado da pesquisa realizada na cidade de Viçosa (MG), na qual foram utilizadas escrituras, a fim de entender as possibilidades, os desafios e as alegrias da maternidade e da avoternidade negra. Desse modo, a análise da escrita de três mulheres sobre suas vivências, memórias, experiências e criação dos filhos e netos foram extremamente relevantes, sobretudo, por considerarem suas peculiaridades a partir das questões raciais, sociais e políticas.

Nesse contexto, a maternidade como campo de estudo, apesar de ser um tema bastante discutido (CORREIA, 1998), ainda não é amplamente estudado, principalmente, quando é verificado a partir da percepção de mulheres negras que historicamente foram silenciadas e invisibilizadas.

Como afirma Collins (2019, p.311), “para muitas mães negras, a exigência de sustentar os filhos em meio à opressão interseccional é tão grande que elas não têm nem tempo nem paciência para o afeto”, o que corrobora ainda o fato de que “precisamos reconhecer que a opressão e a exploração distorcem e impedem nossa capacidade de amar” (HOOKS, 1994, p.1).

Neste sentido, nosso objetivo foi avaliar as experiências do cuidado vivenciadas por mães e avós negras, a fim de entender se é nesse momento que elas vivenciam e exercitam a maternidade, de maneira que para elas seja satisfatória.

Para isso, o texto está dividido em cinco partes, a fim de evidenciar – estruturalmente, historicamente e politicamente – o modo que a maternidade é construída, e compreender como ela é vivenciada por mulheres negras. Iniciaremos, portanto, trazendo a perspectiva sobre o trabalho e sobre o cuidado, a partir de uma visão geral, através dos autores: Kergoat (2006); Biroli (2018); Bila Sorj (2013), Abramo e Valenzuela (2016) e Pinheiro et al (2019). Em seguida, é trazido o questionamento “quem são as mulheres que cuidam?”, a partir das autoras Collins (2019), Vasconcelos (2014), Hooks (1994) e outras.

Por fim, serão apresentadas a metodologia da pesquisa e a análise das escrituras, a partir dos cadernos de perguntas, que proporcionaram o entendimento e a visualização da maternidade a partir dos olhares dessas mulheres negras.

Uma visão geral sobre trabalho e cuidado

As relações de poder e opressão presentes no cotidiano entre homens e mulheres inviabilizam a leitura do cuidado como um trabalho efetivo. De acordo com Kergoat (2016), o imaginário social de qual trabalho deve ou não ser exercido pelas mulheres, não é estabelecido por dimensões biológicas, mas por questões históricas e políticas de cada sociedade.

Para Kergoat (2006) e Biroli (2018), as questões trabalhistas e sociais estão relacionadas, pois, por mais que uma parte das mulheres, principalmente as brancas, tenham alcançado outras possibilidades de trabalho que anteriormente eram majoritariamente exercidas por homens, elas ainda continuam, em sua maioria, sendo empregadas em trabalhos historicamente destinados às mulheres. Nesse contexto, elas continuam exercendo a função do cuidado e dos trabalhos domésticos, através de jornadas duplas ou, até mesmo, triplas de trabalho.

Esses debates implicam também a consideração da relação indissociável entre desigualdade de gênero, raça e classe e entre a dimensão institucional e econômica do cuidado (BIROLI, 2018). A forma como diferentes mulheres são vistas determina quais serviços devem ser desempenhados por elas, desse modo, mulheres brancas estariam predispostas a serem aceitas por alguns trabalhos e mulheres negras por outros.

É necessário ainda salientar que “as condições de trabalho de pessoas próximas definem a disponibilidade que terão para cuidar de outras pessoas” (BIROLI, 2018, p. 54). Em vista disso, quando as mulheres alcançam novas possibilidades profissionais, elas se desdobram em várias jornadas de trabalho e, em alguns casos, outras mulheres passam a desempenhar as funções que elas exerciam anteriormente.

Nesse contexto, elas também passam a depender de serviços na área do cuidado, como creches, pré-escolas ou cuidadores para os idosos, para assim conciliar a vida familiar e a vida laboral. Sobre isso, Biroli (2018) sustenta que, ao exercerem o trabalho doméstico e do cuidado sem serem remuneradas, as mulheres acabam por concederem o “benefício de tempo livre” para os homens, visto que os próprios, em sua maioria, não exercem o cuidado dos filhos, dos idosos, dos doentes e da casa.

Nessa percepção, é necessário observar, a partir de Sorj (2013), algumas dimensões da realidade nacional da chefia dos lares brasileiros que, em sua maioria, é exercida por mulheres: (i) a questão da divisão sexual e social do trabalho; (ii) as leis trabalhistas e a real efetivação dessas leis para todas as mulheres; e (iii) quais as crianças que têm possibilidade de acesso a creches e a pré-escolas.

De acordo com Pinheiro et al (2019), a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-Contínua) de 2018, 92% dos trabalhadores domésticos são mulheres, dentre as quais, apenas 26,8% possuem carteira assinada, reafirmando, assim, a precariedade do trabalho feminino.

Ao pensar na licença paternidade, verifica-se ainda que ela reforça os estereótipos do homem como não responsável pelo cuidado dos filhos. Desse modo, o rompimento da crise do cuidado só ocorrerá efetivamente através da união entre “as famílias, as unidades produtivas e as ações estatais reguladoras, fiscais e de provisão de serviços sociais” (ABRAMO; VALENZUELA, 2016).

Ainda sobre os dados apresentados, torna-se relevante ressaltar que, majoritariamente, as mulheres que executam o trabalho doméstico são as mulheres negras e de baixa renda, o que evidencia a banalização do trabalho feminino negro e o racismo estrutural, conforme destacado a seguir:

Se 6,2 milhões de pessoas, entre homens e mulheres, estavam empregadas no serviço doméstico, mais de 4 milhões eram pessoas negras – destas, 3,9 milhões eram mulheres negras. Estas, portanto, respondem por 63% do total de trabalhadores (as) domésticos (as). Ou seja, do ponto de vista do discurso, as mulheres negras “podem estar onde quiserem”; na prática, porém, a realidade as direciona, de maneira desproporcional, a trabalhos como o serviço doméstico remunerado, com toda a precariedade e exploração que lhe são característicos. Do total de ocupadas no mercado de trabalho, 18,6% das mulheres negras exerciam trabalho doméstico remunerado, proporção que cai a 10%, quando se trata de mulheres brancas (PINHEIRO et al. 2019, p.12).

Portanto, ao se discutir trabalho doméstico, é essencial uma investigação crítica referente às mulheres negras, visto que são elas que executam os trabalhos domésticos e o cuidado das crianças.

Quem são as mulheres que cuidam?

O entendimento da questão histórica e social de mulheres negras é essencial para compreendermos como as práticas do cuidado são estruturantes da sociedade e como elas se relacionam com as dinâmicas interseccionais.

Dessa maneira, é relevante pensar como as relações de poder estão presentes não somente nas relações entre homem e mulher, mas também nas relações entre mulheres negras e brancas, enfatizando, assim, a impossibilidade de trabalhar as questões de gênero, sem apresentar as relações de raça e classe social (PINHEIRO et al. 2019; BIROLI, 2017).

As relações entre raça, gênero, poder e racismo podem perpassar a vida de mulheres negras de forma evidente ou não. Quando se reflete sobre a questão do cuidado pode se inferir que “prover, cuidar e proteger são ações distintas”, que perpassam as relações de gênero, raça e geração (PINHEIRO et

al, 2019, p.12). Assim, neste artigo, volta-se para o conhecimento de mulheres negras baseado em seus relatos e vivências, a fim de transferir a posição de objeto de estudo para as contadoras de suas próprias histórias (XAVIER, 2019). Considerando ainda que são omitidos os efeitos psicológicos e físicos dos trabalhos domésticos e do cuidado para as mulheres negras (COLLINS, 2019), não se pretende exaltar a maternidade e a avoternidade, mas sim, entender a complexidade existente nessas relações.

Sendo assim, as imagens e os valores criados sobre a maternidade fazem transcender que as mulheres seriam “destinadas à vivência da maternidade como uma experiência cheia de sacrifício voluntário, amor infinito, disposição altruísta e ausência de desejo sexual” (VASCONCELOS, 2014, p.75).

Apesar da leitura anterior se atentar muito mais à perspectiva da maternidade branca, ela fornece uma questão relevante para pensar na construção social geral da maternidade, que intrinsecamente está enraizada na sociedade.

Quando se pensa a partir da vivência das mulheres negras, é importante pontuar que, durante o período escravocrata, elas não tinham a possibilidade de exercer a maternidade plenamente, pois eram consideradas reprodutoras de novas mãos de obra, pois “aos olhos de seus proprietários, elas não eram realmente mães; eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escrava.” (DAVIS, 2016, p. 26-27).

Atualmente, essas impossibilidades estão atreladas a questões financeiras e sociais que dificultam o convívio, tais como as jornadas exaustivas de trabalho proporcionadas pelos subempregos que prejudicam a manutenção da maternidade.

Como consequência dessa impossibilidade de cuidar dos filhos, o cuidado e a responsabilidade de criação das crianças são geralmente passados para outras mulheres que compõem o grupo familiar, principalmente as avós (OLIVEIRA; VIANNA; CÁRDENAS, 2010).

É importante ressaltar que, por se tratar de um problema social e histórico, muitas vezes essas avós podem não ter conseguido exercer o cuidado dos filhos pelos mesmos motivos e acabam por assumir a maternidade tardia apoiada no cuidado de seus netos. Assim, o cuidado dos netos pelas avós para que as mães possam trabalhar é um ciclo contínuo de cuidados.

Essas estratégias para criar possibilidades de cuidado dos filhos, a partir do período histórico, são destacadas por Vasconcelos, a qual enfatiza que:

no caso das mulheres afrodescendentes, escravas e ex-escravas ainda sob o regime escravista, a situação era muito mais grave; criar estratégias de sobrevivência desta realidade exigia muito mais capacidade de superação” (VASCONCELOS, 2014, p.81).

Uma dessas estratégias de sobrevivência estava baseada também em esconder os sentimentos, não demonstrando amor pelos filhos, companheiros e familiares, pois, ao mostrarem seus sentimentos, os escravizados e os recém-libertos poderiam ser mais castigados pelos senhores de engenho.

Desse modo, essa incapacidade de demonstrar sentimento influenciou a forma da população negra amar e mostrar amor. Hooks ilustra essa questão quando afirma que:

Numa sociedade onde prevalece a supremacia dos brancos, a vida dos negros é permeada por questões políticas que explicam a interiorização do racismo e de um sentimento de inferioridade. **Esses sistemas de dominação são mais eficazes quando alteram nossa habilidade de querer e amar.** Nós negros temos sido profundamente feridos, como a gente diz, “feridos até o coração”, e essa ferida emocional que carregamos afeta nossa capacidade de sentir e conseqüentemente, de amar. Somos um povo ferido. Feridos naquele lugar que poderia conhecer o amor, que estaria amando. A vontade de amar tem representado um ato de resistência para os Afro-Americanos. Mas ao fazer essa escolha, muitos de nós descobrimos nossa incapacidade de dar e receber amor. (HOOKS, 1994, p.1 – grifos nossos)

Para Hooks (1994), amor e cuidado estruturam-se não somente como sentimentos, mas como

parte de um processo político, cultural e social da população negra em diáspora africana. A partir da concepção da autora, deve-se entendê-los, a partir da potência de restauração das memórias coletivas, que foram sendo passadas de geração em geração.

A escravização das pessoas negras ocasionou transformações nas suas formas de demonstrar sentimentos, forçando-as a esconder suas emoções para que pudessem sobreviver em um sistema que não as viam como seres humanos dotados de emoção.

Nesse contexto, umas das possibilidades de expressar amor seria, então, através do cuidado financeiro, que ajuda a entender a não recusa de trabalhos sem registro em carteira ou com jornadas exaustivas de trabalho, dado que o objetivo principal seria garantir maior conforto ou, às vezes, possibilidades mínimas de subsistência para os filhos.

Sobre trabalho para a população negra pode-se considerar que:

O trabalho na forma de trabalho alienado pode ser economicamente explorador, fisicamente exigente e intelectualmente sufocante - o tipo de trabalho que há muito tempo é associado a condição da mulher como “mula”. O trabalho alienado pode ser remunerado - como é o caso das mulheres negras que prestam serviços domésticos, que trabalham lavando pratos e roupas, que são cozinheiras e cuidadoras, ou de algumas profissionais negras que exercem o trabalho de *mammy* em forma corporativas; ou pode ser não remunerado, como acontece com as tarefas aparentemente intermináveis de muitas avós negras e mães solteiras negra. No entanto também pode ser empoderador e criativo, mesmo que fisicamente desafiador e pareça degradante. Esse tipo de trabalho pode envolver salários abusivos, que são usados pelas mulheres negras em benefícios próprio, ou pode ser feito por amor para os membros de sua família (COLLINS, 2019, p.104-105).

A partir dessa formulação, a maternidade negra pode ser pensada como uma resistência política, pois enquanto as mulheres brancas, pautadas pelo feminismo, lutavam pela possibilidade de trabalhar e não serem somente mães, as mulheres negras lutavam pela possibilidade de praticar a maternidade e terem tempo para cuidar de suas crianças e família.

É sobre as práticas de cuidado de mulheres como avós, que se volta à pesquisa empírica que sustenta essa discussão. Busca-se entender como essas mulheres experienciam tais processos a partir de suas falas. A seguir, será explicitado o percurso metodológico.

Apontamentos metodológicos: escrevivência e caderno de perguntas

Este estudo está alicerçado em uma pesquisa qualitativa, com o propósito de compreender as semelhanças e especificidades da maternidade e avoternidade para mulheres negras, a partir de seus sentimentos, significados culturais e simbólicos.

A pesquisa foi realizada na cidade de Viçosa (MG) e constitui-se, inicialmente, por avós de alunos da Escola Municipal Pedro Gomide Filho, localizada no bairro Santa Clara. O bairro localiza-se em uma área periférica da cidade e a escola citada é a única da área, por este motivo acaba por receber alunos de outros bairros periféricos vizinhos como: Morada do Sol, São Sebastião e Bairro São Francisco de Assis (Coelhas).

Nessa área, é comum localizar avós que são responsáveis pela vida escolar e que participam da criação dos netos, desse modo, a escolha do local da pesquisa se deu por abarcar mulheres com o perfil desejado por este trabalho.

O primeiro contato foi realizado com a diretora da escola e, em seguida, foi utilizada a técnica “bola de neve” (*snowball sampling*) para encontrar as avós participantes da pesquisa. As indicações da diretora foram importantes pois, por trabalhar há muitos anos na escola, ela está inserida na comunidade e possui uma integração forte com a população.

Além disso, foi realizada uma observação não participante durante um mês no ambiente escolar

(antes do início da pandemia de covid-19), a fim de se obter maiores informações sobre as avós negras que acompanhavam os netos até a escola. A seleção das mulheres para a pesquisa foi dada a partir das características fenotípicas, considerando o histórico brasileiro de racismo através do “preconceito de marca” (NOGUEIRA, 1985).

O “caderno de perguntas” surgiu como possibilidade de metodologia de pesquisa, devido ao isolamento social ocorrido durante a pandemia, instaurada a partir de março de 2020. Inicialmente, foram previstas entrevistas com as participantes, mas dado o risco e as medidas sanitárias correntes, optou-se por construir um caderno para que elas respondessem livremente aos questionamentos e adicionassem outros pensamentos e reflexões.

O caderno permitia liberdade para que essas mulheres contassem suas histórias, sem a necessidade de restrições referentes à conexão de internet, assim, essa ferramenta funcionou como um diário que propiciou a escriturização de memórias. Nesse contexto, é importante, antes de tudo, descrever o termo *escriturização*, que é conceituado por Conceição Evaristo (2005) como a prática de trazer, através da escrita, os acontecimentos do cotidiano baseados em memórias, experiências, lembranças e vivências.

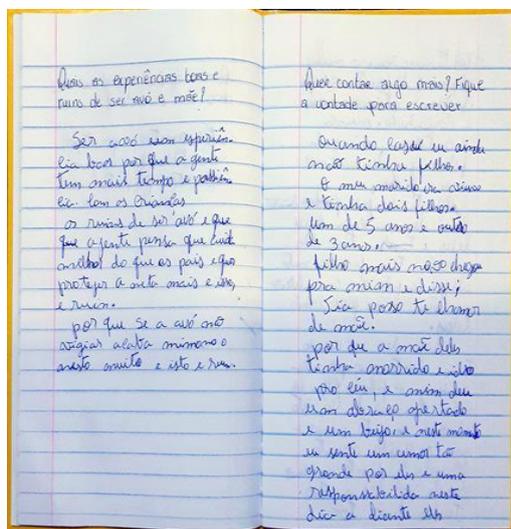
Portanto, a escriturização permite trabalhar vozes de sujeitos sociais, como mulheres negras, que historicamente foram subalternizadas e silenciadas pela sociedade. Além do mais, ela permite uma visão individual, que ao mesmo tempo, entrelaça-se e se assemelha a de outras mulheres negras e periféricas. Trata-se, então, de uma ferramenta de acompanhamento de um procedimento de pesquisa, utilizada como metodologia de elaboração e de averiguação de conhecimento. Para as mulheres negras, o processo da escrita parte do individual para o coletivo, proporcionando contribuições consideráveis para o conhecimento desse coletivo (EVARISTO, 2005).

Assim, é pertinente ressaltar que respeitar as ortografias e as gramáticas das mulheres negras implica o não aprisionamento de suas escritas. Desse modo, visando considerar a escrita dessas mulheres, as respostas foram transcritas na íntegra, pois de acordo com Evaristo:

É, em se tratando de um ato empreendido por mulheres negras, que historicamente transitam por espaços culturais diferenciados dos lugares ocupados pela cultura das elites, escrever adquire um sentido de insubordinação. Insubordinação que se pode evidenciar, muitas vezes, desde uma escrita que fere “as normas cultas” da língua, caso exemplar o de Carolina Maria de Jesus, como também pela escolha da matéria narrada (EVARISTO, 2005, p.20).

Por fim, como parte da metodologia, foram elaboradas 22 perguntas – nove de identificação, três relacionadas à maternidade, três sobre a avoternidade e sete sobre o cuidado. Através da Figura 1, é possível observar esse caderno de perguntas que foi distribuído às mulheres.

Figura 1. Caderno de perguntas



Fonte: Elaboração própria.

As avós negras e a narração de suas próprias histórias

Para preservar a identidade das mulheres, foram utilizados nomes fictícios de intelectuais negras brasileiras, partindo da importância de reconhecer as várias contribuições dessas autoras para a sociedade e para a construção e reconstrução da população negra. Iniciou-se com a apresentação das mulheres para, em seguida, compartilhar as suas experiências e vivências. A relação das participantes pode ser observada a partir da Tabela 1.

Tabela 1. Informações básicas sobre as avós

Nome	Idade	Raça/cor declarada	Nº de filhos	Nº de netos
Sueli	54 anos	Morena clara	1	2
Carolina	55 anos	Preta	4	2
Lélia	47 anos	Não declarada	1	1

Fonte: Elaboração própria.

Nesse momento, foram apresentados os relatos de três avós, a partir de suas experiências e vivências sobre a maternidade, sobre avoternidade e sobre cuidado. Assim, agruparam-se as perguntas realizadas, a fim de assimilar as especificidades e as semelhanças das falas.

A maternidade é a realização de um sonho?

Ao descrever a maternidade, as mulheres pesquisadas a conceituaram como uma “experiência satisfatória”, uma “dádiva”, a “realização de um sonho”, e “uma intensa transformação na vida da mulher”. A visão da maternidade como completude, portanto, está ligada à construção histórica que considera que a mulher seja predestinada naturalmente a ser mãe, a qual, a partir da maternidade, deve dedicar-se exclusivamente à criança (VASCONCELOS, 2014).

Ao analisar as escritas sobre o planejamento da maternidade e os motivos que as incentivaram a ser mãe, verificam-se respostas como: “foi a realização de um sonho. Dar um filho a meu marido e vê-lo feliz, se sentir especial”. Sendo assim, considerando o histórico de destruição dos laços familiares pela escravização brasileira e o complexo sistema patriarcal, é possível pensar na fala acima, a partir da perspectiva de Hooks (1994; 2008), que compreende o amor como orientador da população negra, o qual seria uma categoria de reconhecimento que está presente na forma como são construídas as comunidades e as relações.

Nessa perspectiva, o desejo de ter filhos com o intuito de satisfazer o marido pode ser visualizado a partir de duas vertentes: (i) como subordinação ao sistema machista e patriarcal imposto às mulheres; e (ii) como ato de resistência para a perpetuação da família e dos laços de amor (COLLINS, 2019).

Analisou-se também a sequência da fala, pois inicialmente parte-se de um desejo individual para, posteriormente, ir para o coletivo – isto é, a maternidade como o partilhamento de um desejo. As motivações para Carolina se tornar mãe foram:

Sempre tive vontade de ser mãe quando criança eu ganhei uma boneca da minha tia Helena e dei o nome dela de Martinha esta boneca ficou comigo até os 17 anos quando vim para a cidade, para trabalhar como empregada. Passado muito tempo depois me casei, e o meu marido já tinha dois filhos homens, 2 anos depois decidi ter minhas 2 filhas.

A escrita traz a realidade de muitas mulheres brasileiras que precisam sair de sua cidade natal à procura de melhores possibilidades de emprego e de renda. Na fala, observa-se também a reprodução do

cuidado, pois as mulheres são ensinadas, desde cedo, a limpar a casa e a cuidar da família e das crianças pequenas, com intuito, por vezes, de exercer essas atividades como profissão em outros lares.

Biroli (2017) especifica que, ao saírem de casa, muitas mulheres sonham com a liberdade de escolha a respeito de qual profissão exercer, mas, geralmente, o que ocorre é a exploração do trabalho como consequência de raça, gênero e condições sociais.

Nesse contexto, quando ocorre a gravidez de forma inesperada, como no caso relatado por Lélia, a tendência é que a mulher seja julgada pela família e pela sociedade, conforme fala a seguir:

Minha maternidade não foi planejada, era muito nova, em tempo em que esses acontecimentos não eram bem aceitos, tinha a idade de 20 anos, era apenas um namoro, digo não muito concreto e pra completar minha mãe não queria aceitar, enfrentei muitas dificuldades, mas o tempo foi passando tudo se tornou comum. Tive meu filho ele se tornou alguém muito importante pra minha mãe, tudo que podia fez por ele. Nada que o tempo não possa resolver. Não foi uma decisão, aconteceu. [...] era muito nova, e as coisas aconteceram. A nossa criação era um pouco conturbada, se fosse nos dias de hoje, era capazes raciocinarmos melhor a respeito.

A gravidez fora do casamento pode ocasionar à sociedade a noção de quebra de tradição e dos deveres morais, pois, até hoje, para uma parcela da população, “mães são, antes de tudo, esposas. Esta é a única explicação para a popularidade do seguinte paradoxo: mãe solteira.” (OYĒWŪMÍ, 2009, p.5).

Avoternidade: tempo e paciência para as crianças

O conceito do que é ser avó vem se alterando durante os anos, dado o envelhecimento populacional mundial, de modo que as avós passam a ajudar no cuidado das crianças.

Nas escritas das avós participantes da pesquisa, verifica-se a alegria e a completude em assumir esse papel. Elas afirmam que ser avó é “ser a mulher mais feliz do mundo, em dose dupla. Realizada em dobro, feliz em dobro, completa em dobro, agradecida em dobro, rica, agradecida a Deus” e repetem um discurso corrente de que “ser avó é ser pai e mãe duas vezes”.

A avoternidade ocasionou, para estas mulheres, transformações significativas em suas vidas – o desejo de satisfação em ajudar os filhos e o amor pelos netos ficam evidentes em suas escritas. Já as experiências ruins da avoternidade, para elas, estariam ligadas a mimar as crianças e, às vezes, deixá-las fazerem o que querem.

De acordo com Britto da Motta (2004, p.351-352), “o mesmo contexto social não afeta igualmente todos os indivíduos de um grupo de idade e vivência”, assim, verifica-se, nos relatos das avós, as diferenças e as especificidades que as une.

Uma das participantes relata que uma das melhores coisas de ser avó é que, agora, ela possui tempo para cuidar dos netos, diferentemente do que ocorreu com seus filhos, já que esse cuidado era inviável devido ao trabalho de doméstica que exercia.

Nesse contexto, o trabalho doméstico privou essa mãe do tempo efetivo com os filhos – conforme demonstrado por Collins (2019) e por Hooks (1994), esta é uma realidade de muitas mulheres negras, pois o seu tempo é direcionado a cuidar da casa e das famílias de outras pessoas, a fim de conseguir sustentar seus filhos. Uma das avós coloca em seu texto que “ser avó não significa aposentar-se e ser chamada de vizinha”, afirmando a existência de formas diversificadas de ser avó. Desse modo, esse termo passa a ser ressignificado.

A responsabilidade e o cuidado

As mulheres negras sempre ocuparam um “não lugar”, no que se refere à maternidade, pois o local

de acolhimento e cuidado das crianças sempre lhes foi negado, devido às jornadas de trabalho – seja ele na escravização, como no pós-abolição. Sobre isso, Hooks afirma:

Na fase inicial do movimento pela libertação das mulheres contemporâneo, as análises feministas da maternidade refletiam os preconceitos de raça e de classe das participantes. Algumas mulheres brancas da classe média com formação acadêmica argumentavam que a maternidade era um obstáculo grave à libertação da mulher, uma armadilha que confinava as mulheres às casas, que as mantinha presas à limpeza, à cozinha e ao cuidado das crianças. Outras simplesmente identificavam a maternidade e a educação dos filhos como a principal razão da opressão das mulheres. Se as mulheres negras tivessem expressado as suas opiniões relativamente à maternidade, esta não teria sido considerada um obstáculo grave à liberdade das mulheres. O racismo, a disponibilidade de empregos, a falta de competências ou habilitações e uma série de outros problemas estariam no topo da lista – mas não a maternidade. As mulheres não diriam que a maternidade as impediu de entrar no mundo do trabalho remunerado, porque sempre trabalharam (HOOKS, 1999, p.104).

O trecho acima traz questões importantes para se entender os relatos das entrevistadas, pois todas afirmaram que trabalharam após o nascimento dos filhos, com uma carga horária diária de oito horas em média. Assim, como parte do tempo era destinado ao trabalho fora de casa, essas mulheres tiveram a necessidade de encontrar alternativas para o cuidado dos filhos.

Este cuidado passa, então, a ser realizado por outras mulheres da rede familiar. Nos relatos, as mulheres destacam principalmente as avós como responsáveis por cuidar dos netos, junto também a bisavós.

Desse modo, entende-se que esta construção é uma prática que já ocorre há mais de duas gerações nessas famílias. Relacionado a isso, pode-se destacar que essa questão “reflete tanto a continuidade da sensibilidade cultural de origem africana quanto nas adaptações funcionais às opressões de raça, gênero, classe e nação” (COLLINS, 2019, p.298); desse modo, visualiza-se que as redes do cuidado são sempre centradas nas mulheres, mesmo que os homens estejam presentes fisicamente nas famílias.

Carolina e Sueli informam que eram casadas quando do nascimento dos filhos, porém, ao serem questionadas sobre quem estava presente para o cuidado das crianças, elas destacaram outras mulheres em vez dos maridos. Esses depoimentos são somados a todo um imaginário de práticas desiguais, em que os homens não são responsáveis pelo cuidado dos filhos e nem dos outros membros da comunidade (KERGOAT, 2009).

Outra problemática relacionada, que aparece nas narrativas, refere-se à dificuldade de conciliar a carga horária de trabalho e do cuidado da casa e dos filhos. Isto é, as jornadas duplas e, às vezes, triplas recorrentes do trabalho “fora e dentro de casa” dificultaram a vida das mulheres, uma vez que somente elas são responsabilizadas pelo cuidado das crianças e pelos afazeres domésticos.

Nesse cenário, a construção do homem ideal da sociedade brasileira passa pela perspectiva de que a única forma de cuidado está em prover financeiramente a família, sendo o homem, então, isento dos compromissos do cuidado e dos afazeres domésticos, restando às mulheres todas estas funções.

Ademais, outra opção para o cuidado das crianças que surgiu nas falas das entrevistadas foi a creche. Esses locais são importantes para a educação infantil e, além disso, em alguns casos, é a única opção para que as mulheres continuem ou voltem para o mercado de trabalho após a gestação.

É relevante destacar que a troca dos cuidados familiares pelas creches depende muito da disponibilidade de vagas em creches públicas ou de recursos para custear uma particular (SORJ, 2013). Dessa maneira, o processo de mercantilização do cuidado depende das condições financeiras da família, pois apesar das mulheres terem melhores oportunidades de trabalho, boa parte ainda continua desempenhando o subemprego ou ganhando bem menos que os homens ao desenvolverem as mesmas funções (BIROLI, 2017).

Como função desempenhada após a maternidade, duas das entrevistadas informaram que trabalhavam de domésticas – uma delas não tinha carteira assinada. Isso evidencia que o registro de trabalho não é uma realidade de todos os trabalhadores brasileiros, principalmente quando se consideram as tra-

balhadoras negras, conforme já destacado.

Sobre o papel das avós nos cuidados com os netos, verifica-se, na fala, estereótipos referentes à construção social de que as mulheres devem se responsabilizar pelo bem-estar da família. Em contrapartida, também se recebeu como resposta que é papel dela “auxiliar” no cuidado do neto.

Em todas as falas, fica evidente a importância das atribuições sociais dos papéis das mães e das avós no processo de desenvolvimento das crianças. Em vista disso, destaca-se que a convivência com os netos ativa os laços de amor, o que torna evidente como tal sentimento é construído socialmente.

Devido ao contexto histórico da população negra, muitas vezes a demonstração de amor somente ocorre em “momentos seguros” (HOOKS, 1994), assim, pode-se entender esse momento a partir da avoternidade, pois normalmente, nesta etapa da vida, as mulheres, minimamente, já se estabeleceram financeiramente e têm maior disponibilidade de tempo.

A avoternidade como um local de paciência, amor e maior contato com as crianças aparece nos relatos como a justificativa da maior disponibilidade de tempo, de modo que, a partir dessas experiências, infere-se que muitas mulheres negras e periféricas só conseguem desempenhar este papel ao se tornarem avós.

A entrevistada Carolina, por exemplo, ao falar sobre a diferença dos cuidados dos filhos e dos netos, afirma que, somente após a sua aposentadoria, foi possível exercer a avoternidade da forma que gostaria, pois passou a ter mais tempo com os netos.

Observando a idade mínima para aposentadoria, que é de 60 anos para mulheres (ou no mínimo 30 anos de contribuição), entende-se a questão destacada, pois quando as trabalhadoras conseguem alcançar o benefício, os filhos provavelmente já estão na fase adulta e não necessitam tanto do cuidado como quando eram crianças. Uma das avós informa que, somente após passar a receber pensão vitalícia, foi que ela teve a possibilidade de participar ativamente do cuidado do filho.

Nesse sentido, diferentemente das mulheres brancas, cuja conquista, por vezes, se dá pela possibilidade de sair de casa para trabalhar, verifica-se que, para as mulheres negras, a conquista e felicidade acontece quando elas podem ficar em casa e cuidar dos filhos.

Considerações Finais

Neste trabalho, analisamos a maternidade e a avoternidade através da visão de mulheres negras e periféricas. A partir de uma pesquisa qualitativa, o objetivo do trabalho foi verificar as experiências do cuidado das crianças, vivenciadas por mães e por avós negras, a fim de entender se elas vivenciam e exercitam a maternidade de forma que, para elas, seja satisfatória.

Para tanto, foram realizadas pesquisas bibliográficas com o intuito de compreender como o trabalho afeta a maternidade de mulheres negras. Como resultado, foi constatado que há uma idealização da mulher e da maternidade do ponto de vista cultural e social no Brasil, entretanto, quando se trata de mulheres negras, esses direitos ainda continuam sendo negados, visto que elas continuam a executar trabalhos com baixas perspectivas salariais, como jornadas informais, sem vínculos trabalhistas e sem direitos básicos, o que dificulta o exercício da maternidade de forma plena e satisfatória.

Ainda foi possível verificar que a maternidade passa a ser visualizada como um ato de resistência às diversas opressões de raça, classe e gênero, sofridas por mulheres negras durante vários anos de suas vidas. As práticas do cuidado das crianças exercidas pelas mães pretas, nesse contexto, se dão mais pela manutenção financeira do que pela disponibilidade de tempo e demonstração de afeto, visto que geralmente as mães estão desempenhando funções trabalhistas com jornadas exaustivas e degradantes de trabalho.

Logo, apura-se que, na avoternidade, o cuidado com os netos tem maiores possibilidades, uma vez

que as avós, além da possibilidade financeira, dispõem de tempo para cuidar e dar atenção às crianças, por já estarem aposentadas ou terem conseguido a diminuição da carga horária de trabalho.

Dessa forma, confirma-se, a partir das escrivências dessas mulheres, que o trabalho interfere no campo social, político e econômico. No campo social, a interferência se dá na rotina familiar, uma vez que, em sua maioria, outras pessoas do grupo familiar dispõem de seu tempo para esta função; no campo político, essa interferência é dada a partir da não efetivação das leis, que permitem a possibilidade de flexibilização da carga horária de trabalhos, além de garantirem direitos como: licença maternidade, férias e acesso a creches; por fim, na questão econômica, relaciona-se a melhores salários e à execução de políticas sociais que estabeleçam condições básicas de subsistências.

Ao pesquisar maternidades negras, percebe-se que o contexto histórico, racial e social do Brasil influenciou e ainda influencia a forma como as crianças são cuidadas e assistidas pelas famílias. Desse modo, as diversas violências históricas vivenciadas pela população negra, somadas ao trabalho doméstico, configuraram a vulnerabilidade, a impossibilidade financeira e a falta de tempo para o amor, o cuidado e a educação das crianças.

O resultado do trabalho aponta que novas pesquisas acadêmicas, a partir das perspectivas da maternidade e de recortes de raça, são imprescindíveis para que se pense em políticas públicas e em projetos sociais voltados para a população negra. A maternidade e a avoternidade negra é um amplo campo de estudo que propicia novos olhares e possibilidades, a partir das experiências de mulheres que historicamente foram silenciadas e invisibilizadas pela sociedade brasileira.

Referências

ABRAMO, L.; VALENZUELA, M. E. Tempo de trabalho remunerado e não remunerado na América Latina. In: HIRATA, H; ABREU, A; LOMBARDI, M. (org). **Gênero e trabalho no Brasil e na França**. São Paulo: Boitempo, 2016.

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRITTO DA MOTTA, A. (2004). Gênero, idades e gerações. Ê. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 17, n.42, p. 349-355, 2004. Disponível em: <https://riigs.ufba.br/index.php/crh/article/view/18727/12100>. Acesso em: 08 jan. 2020.

CAVALCANTI, V. R. S.; BARBOSA, C. F.; CALDEIRA, B. M. **Quem cuida de quem?** Repensando as práticas familiares e a divisão do tempo/trabalho. In: CASTRO, M.G; ALMEIDA, A.M; MOREIRA, L.V.C [Orgs.] *Dinâmica familiar do cuidado: afetos, imaginário e envolvimento dos pais na atenção aos filhos*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2012, v. 1, p. 111-150. p.113

CORREIA, M. J. **Sobre a maternidade**. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aps/v16n3/v16n3a02.pdf>. Acesso em 26 nov. 2021.

EVARISTO, C. **Da grafia-desenho de minha mãe um dos lugares de nascimento de minha escrita**. Rio de Janeiro: Nossa Escrivência, 2005. Disponível em: <http://nossaescrevencia.blogspot.com/2012/08/da-grafia-desenhode-minha-mae-um-dos.html>. Acesso em: 08 de set. 2019.

HOOKS, B. **A Vontade de Mudar**: Homens, Masculinidade e Amor. Traduzido por: Ayodele e Ezequias Jagge. (Coletivo Nuvem Negra), 2018.

HOOKS, B. **Vivendo de Amor**. [S.l: s.n.], 1994. Disponível em: <http://www.olibat.com.br/documentos/Vivendo%20de%20Amor%20Bell%20Hooks> Acesso em: 01 out. 2021.

KERGOAT, D. O cuidado e as imbricações das relações sociais. In: ABREU, A.R.P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. [Orgs.]. **Gênero e trabalho no Brasil e na França**: perspectivas interseccionais. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 17-26.

NOGUEIRA, O. **Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem — sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil**. In: NOGUEIRA, O [Org.] **Tanto preto quanto branco**: estudos de relações raciais, São Paulo: T.A. Queiroz, 1985

OLIVEIRA, A. R. V.; VIANNA, L. G.; CÁRDENAS, C. J. Avosidade: visões de avós e de seus netos no período da infância. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, [s.l.], v. 13, n. 3, p. 461-474. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-9823201000300012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 01 out. 2019

OYĚWÙMÍ, O. **Conceituando o gênero**: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Tradução para uso didático de: OYĚWÙMÍ, O. *Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies*. *African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms*. V 1. São Paulo: UNESP, 2009, p. 67-75.

PINHEIRO, L. Os Desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD Contínua. **Texto para Discussão**, IPEA, Brasília, n. 2528, p. 1-52, 2019.

SILVA, D. V.; SALOMÃO, N. M. R. *A maternidade na perspectiva de mães adolescentes e avós maternas dos bebês*. **Estudos de Psicologia**, [s.l.], v. 8, n. 1, p. 135-145, 2003.

SORJ, B. Arenas de cuidado nas interseções entre gênero e classe social no Brasil. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 43, n. 149, p. 478-491, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742013000200006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02. jun. 2020.

VASCONCELOS, V. **No colo das labás**: maternidade, raça e gênero em escritoras afro-brasileiras. Tese (Doutorado em Literatura e Práticas Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Literatura, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. p.66

XAVIER, G. **Você pode substituir Mulheres Negras como objeto de estudo por Mulheres Negras contando a sua própria história**. Rio de Janeiro: Malê, 2019.

Recebido em 13 de abril de 2022.

Aceito em 06 de dezembro de 2023.